

## **Educação Sexual nas escolas: concepções e práticas de professores**

## **Sexual Education in schools: teachers' conceptions and practices**

## **Educación Sexual en las escuelas: concepciones y prácticas de los docentes**

### **Murilo Cesar Moreira**

Psicólogo.

Iniciação Científica com Bolsa do CNPq. Mestrando na Universidade Federal de São Carlos – UFSCar. Brasil.

E-mail: [moreira.muriloc@gmail.com](mailto:moreira.muriloc@gmail.com)

### **Ana Cláudia Bortolozzi Maia**

Psicóloga.

Livre docente em Educação Sexual, Inclusão e Desenvolvimento Humano.

Docente na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP.

E-mail: [claudia.bortolozzi@unesp.br](mailto:claudia.bortolozzi@unesp.br) / [cau.bortolozzi@gmail.com](mailto:cau.bortolozzi@gmail.com).

### **Helyson Fernando de Aguiar Jacinto**

Graduando em Psicologia. Iniciação Científica. Voluntário.

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP.

E-mail: [helyson.jacinto@unesp.br](mailto:helyson.jacinto@unesp.br)



# Educação Sexual nas escolas: concepções e práticas de professores

## Sexual Education in schools: teachers' conceptions and practices

### Educación Sexual en las escuelas: concepciones y prácticas de los docentes

Moreira, M., Maia, A. & Jacinto, H.  
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – UNESP

#### Resumo

A Educação Sexual deve ser realizada por professores nas escolas, de modo a abranger mais que os aspectos biológicos e orgânicos, a partir de um conceito histórico e social da sexualidade humana. Este estudo qualitativo e exploratório investigou as concepções e ações em Educação Sexual de 20 professores do ensino fundamental – com alunos de 11 a 15 anos de idade, que responderam a um questionário com questões abertas, para posterior análise de conteúdo. Em geral, os participantes consideram importante existir a Educação Sexual na escola, porque acreditam que os alunos são desinformados sobre sexualidade e mais vulneráveis. A Educação Sexual que realizam tem uma vertente biológica, com a finalidade de prevenção e foi avaliada positivamente, apesar de reconhecerem suas dificuldades com os familiares dos alunos e haver falta de formação. Conclui-se que apesar de haver professores favoráveis à Educação Sexual nas escolas, ainda não existem programas de Educação Sexual inseridos no projeto político pedagógico das escolas em que atuam e sim, iniciativas pessoais de professores que têm pouca formação na área.

*Palavras Chave:* Educação Sexual. Sexualidade. Formação de professores.

#### Abstract

Sexual education should be carried out by teachers in schools, in order to cover more than biological and organic aspects, based on a historical and social concept of human sexuality. This qualitative and exploratory study investigated the conceptions and actions in Sexual Education of 20 elementary school teachers - with students from 11 to 15 years old, who answered a questionnaire with open questions, for later content analysis. In general, participants consider it important to have Sexual Education at school, because they believe that students are uninformed about sexuality and more vulnerable. The Sexual Education they carry out has a biological aspect, with the purpose of prevention and was positively evaluated, despite recognizing their difficulties with the students' family members and their lack of training. It is concluded that although there are teachers favorable in Sexual Education in schools, there are still no Sexual Education programs inserted in the political pedagogical project of the schools in which they work, but rather, personal initiatives by teachers who have little training in the area.

*Keywords:* Sexual Education. Sexuality. Teacher training.

#### Resumen

La educación sexual debe ser llevada a cabo por docentes en las escuelas, con el fin de cubrir más que aspectos biológicos y orgánicos, basados en un concepto histórico y social de la sexualidad humana. Este estudio cualitativo y exploratorio investigó las concepciones y acciones en Educación Sexual de 20 maestros de escuela primaria, con estudiantes de 11 a 15 años de edad, que respondieron un cuestionario con preguntas abiertas, para su posterior análisis de contenido. En general, los participantes consideran importante tener educación sexual en la escuela, porque creen que los estudiantes no están informados sobre la sexualidad y son más vulnerables. La educación sexual que llevan a cabo tiene un aspecto biológico, con el propósito de prevención y fue evaluada positivamente, a pesar de reconocer sus dificultades con los miembros de la familia de sus los estudiantes y la falta de capacitación. Se concluye que, aunque hay maestros a favor de la Educación Sexual en las escuelas, todavía no hay programas de Educación Sexual insertados en el proyecto político pedagógico de las escuelas en las que trabajan, sino más bien iniciativas personales de maestros que tienen poca capacitación en el área.

*Palabras clave:* Educación Sexual. Sexualidad. Formación de profesores.

A sexualidade apresenta-se como parte integrante do desenvolvimento de todos os indivíduos, manifestando-se ao longo de toda a vida e sendo compreendida como um conceito que não se restringe apenas ao ato de concepção, mas que engloba componentes sociais e históricos e se expressa em diversos atos, valores, rituais, comportamentos e representações que expressam prazeres e desejos (Maia & Ribeiro, 2011; Quirino & Rocha, 2012), expressando-se enquanto prática social com caráter histórico que transcende o determinismo biológico (Altmann, 2009; Louro, 2007).

No Brasil, dada a dimensão social desse tema, o conteúdo reproduzido aos jovens brasileiros no que diz respeito à sexualidade varia conforme as crenças de cada época. Embora a escola já tenha sido mobilizada para intervir na saúde, apenas diante de questões como infecções sexualmente transmissíveis (IST), masturbação e prevenção da gravidez ela também se mostra um *locus* privilegiado para a promoção de Educação Sexual emancipatória a fim de contemplar não apenas a diversidade sexual como também os componentes históricos e sociais da sexualidade (Altmann, 2013; Maia, Eidt, Terra, & Maia, 2012).

Embora atualmente não exista uma legislação específica que regulamente a realização de Educação Sexual nas escolas, existem documentos oficiais que legitimam sua prática; no Brasil, dois documentos legais são importantes para embasar a defesa da Educação Sexual nas escolas: os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e o Programa de Saúde na Escola (PSE) (Gesser, Oltramari, Cord, & Nuernberg, 2012). Além desses, a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 2014) defende internacionalmente a necessidade de haver Educação Sexual e isso acontece como lei em muitos países europeus.

Autores ressaltam que é responsabilidade do professor promover com seus alunos discussões a partir de uma perspectiva pluralista e democrática e devem dominar, além do conteúdo específico da sua disciplina, assuntos das diferentes áreas do conhecimento, inclusive a sexualidade, que é parte integral do ser humano (Altmann, 2013; Brasil, 1997; Gesser et al., 2012; Madureira & Branco, 2015; Maia & Ribeiro, 2011; Quirino & Rocha, 2012; Rufino, Pires, Oliveira, Souza, & Souza, 2013).

O PSE consiste num programa de articulação entre a escola e a saúde instituído em 2007 como uma política intersetorial entre os Ministérios da Saúde e da Educação. Sua finalidade é garantir melhores condições de vida para a população brasileira, visando contribuir para o empreendimento de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde, enfrentando vulnerabilidades de crianças e jovens da rede pública de ensino (Quirino & Rocha, 2013). Esse documento também dá destaque à importância do professor nas discussões sobre sexualidade, enfatizando a importância de atitudes visando a saúde sexual e reprodutiva junto ao debate de gênero e de orientação sexual, com o intuito de promover discussões sobre os direitos sexuais e reprodutivos, constituindo-se como uma importante diretriz para o empreendimento de programas que incluam discussões sobre sexualidade na formação de professores e também para a elaboração de materiais didáticos (Gesser et al., 2012; Quirino & Rocha, 2013).

Gonçalves, Faleiro e Malafaia (2013) também defendem a necessidade de promover a Educação Sexual emancipatória na escola, argumentando que a abordagem de Educação Sexual possibilita a promoção de um contexto que permite reflexão sobre atitudes positivas e negativas no exercício da sexualidade, possibilitando a criação de autoconsciência sobre o tema e fazendo com que os jovens possam refletir sobre suas práticas.

No entanto, alguns estudos vêm apontando que muitos professores encontram dificuldades para trabalhar temas relativos à Educação Sexual em suas aulas (Gesser, Oltramari, & Panisson, 2015; Maia & Vilaça, 2017; Rufino et al., 2013). Algumas das dificuldades apontadas consistem em: insegurança por parte dos professores para promover discussões sobre o tema; falta de formação sobre o assunto; falta de material didático-pedagógico; impasses na discussão da sexualidade como um tema transversal; reprodução da repressão proveniente da história de vida do professor; a concepção de que os conteúdos sobre sexualidade devem ser trabalhados somente numa perspectiva biológica; a ideia de que são os pais os únicos responsáveis pela Educação Sexual das crianças, entre outras (Gonçalves et al., 2013; Maia & Vilaça, 2017; Quirino & Rocha, 2012; Rufino et al., 2013).

Diante dessas dificuldades, alguns professores apenas silenciam-se ou, quando buscam falar sobre sexualidade, acabam tratando-a a partir de premissas repressivas da expressão da sexualidade (Figueiró, 2006; Madureira & Branco, 2015). Em muitos casos, ressaltam-se apenas os riscos do sexo na adolescência, numa perspectiva mais voltada à reprodução de uma concepção essencialista e biológica de sexualidade e pobre nas questões da afetividade (Gesser et al., 2015; Madureira & Branco, 2015). Nesse contexto, a escola corre o risco de se fechar aos debates sobre os direitos sexuais dos jovens enfatizando a saúde, promovendo um contexto de vulnerabilidades que pode gerar adoecimento e sofrimento nos alunos (Gesser et al., 2012).

Madureira e Branco (2015) realizaram uma pesquisa em sete escolas públicas do Distrito Federal com a participação de 122 docentes utilizando-se de um questionário para obter as concepções sobre gênero, sexualidade e diversidade. Eles observaram que os professores apresentam dificuldades para compreender as questões sobre gênero, revelando distanciamento entre os conceitos acadêmicos e a realidade das salas de aula. Além disso, foram identificadas, também, concepções essencialistas e arcaicas sobre sexualidade e feminilidade. Rodrigues, Amaral, Guizio e Maia (2011) também registraram crenças homofóbicas de professores entendendo a homossexualidade como algo supostamente reversível por meio de terapias, da religião ou de tratamento hormonal – ou mesmo como característica associada à influência de espíritos malignos, que requer uma intervenção divina.

No estudo de Gesser, Oltramari e Panisson (2015), 23 professores de escolas públicas de uma capital da região Sul do Brasil foram consultados sobre o impacto de uma lei municipal que prescrevia discussões sobre gênero e emancipação feminina durante aulas de diferentes disciplinas. Os resultados mostraram que os professores tinham uma concepção preventiva de sexualidade, ressaltando preocupações com a aquisição de ISTs e gravidez precoce. Houve, também, preocupação com relação à faixa etária dos alunos em que as conversas aconteceriam. Cabe ressaltar que alguns professores se preocuparam com a hipótese de que abordar assuntos relativos à homossexualidade poderia estimular os jovens a desenvolver uma orientação sexual não heteronormativa.

Rufino et al. (2013) investigaram junto a 29 professores de uma escola pública de um município do Estado de Goiás suas experiências sobre Educação Sexual, suas dificuldades e necessidades para trabalhar sobre o assunto na escola. Os resultados obtidos revelaram a ausência do tema sexualidade nos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) das escolas, bem como que grande parte dos participantes ( $N=26$ ) tinha dificuldades para abordar o assunto e acreditavam precisar de capacitação ( $N=27$ ). Mais da metade dos professores ( $N=16$ ) concordaram que a disciplina "biologia" deveria abordar a temática e apenas dois professores acreditavam que o tema deveria ser abordado por todas.

Autores têm defendido a necessidade de rever a formação inicial de professores e/ou a capacitação continuada sobre sexualidade no desenvolvimento humano, garantindo a devida instrumentalização técnico/científica de que necessitam para trabalhar com o tema (Figueiró, 2006; Gesser et al., 2012; Maia & Vilaça, 2017; Rodrigues et al., 2011; Rufino et al., 2013). Outros sugerem a necessidade de parcerias entre as escolas e outras instituições e maior interação com a família e a comunidade (Madureira & Branco, 2015; Maia & Spazianni, 2017; Reis & Maia, 2012).

Considerando a problemática das concepções naturalizantes e essencialistas de sexualidade demonstrada pelos estudos citados, a importância das condições históricas e sociais desse fenômeno, a defesa da necessidade da Educação Sexual nas escolas, as possíveis dificuldades que os professores podem enfrentar e o fato de que nesses estudos o foco era investigar as concepções sobre sexualidade e Educação Sexual de professores de modo geral, a presente pesquisa optou pelos professores de ensino fundamental e médio que declaravam trabalhar a temática nas suas salas de aula e teve como objetivo investigar suas opiniões e relatos de ações em Educação Sexual.

## Método

Esta pesquisa é caracterizada como um estudo descritivo e exploratório. Como se trata de pesquisa com seres humanos, ainda em projeto, ela foi submetida a um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) de

uma universidade pública, tendo sido aprovada e registrada com o número (CAAE 57694216.3.0000.5398).

### **Participantes**

Participaram 20 professores (sendo 19 mulheres e um homem) que atuavam em seis escolas públicas de um município do interior do Estado de São Paulo, ministrando aulas para alunos do Ensino Fundamental II, isto é, do 5º ao 9º ano escolar que atendem alunos de 11 a 15 anos de idade. Uma pequena parte ( $N=3$ ) atuava também com o ensino infantil e um dos participantes lecionava para o Ensino Fundamental I e para o Ensino Médio. Desse grupo de 20 professores, 19 lecionavam todas as matérias (polivalência), com exceção de um participante que lecionava somente a matéria de educação física.

### **Instrumento**

O instrumento de coleta utilizado foi um questionário com questões abertas, elaborado pelos autores, contendo perguntas a respeito dos seguintes eixos temáticos: opinião dos educadores sobre programas de Educação Sexual dentro da escola que atuam; a idade dos alunos que seria considerada como adequada para desenvolver programas de Educação Sexual; quais professores seriam considerados adequados para trabalhar o tema; argumentos utilizados junto à comunidade escolar para defender a realização de um Programa de Educação Sexual; como o professor trabalhou já questões de sexualidade em sala de aula; dificuldades e facilidades em trabalhar estas questões e relatos sobre Educação Sexual na escola.

### **Procedimentos de coleta e análise de dados**

Após o contato pessoal com os dirigentes das escolas, apresentamos o projeto e solicitamos autorização para convidar os professores. Em dia e hora agendados, dirigimo-nos à escola e os professores que aceitaram participar foram reunidos em uma sala reservada para responder ao questionário individualmente em uma aplicação coletiva com os professores que afirmaram terem desenvolvido temas de Educação Sexual.

Os questionários foram respondidos, em média por 20 minutos, e recolhidos pelos pesquisadores após a assinatura dos participantes do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), em que davam a anuência de sua participação voluntária. Todas as respostas foram transcritas em um arquivo de texto para posterior análise de conteúdo temática, proposta por Bardin (2009). Assim, após a leitura flutuante e a pré-análise, realizamos a organização de categorias temáticas para interpretação.

## **Resultados e Discussão**

### **Concepções dos professores sobre a Educação Sexual na escola**

Os professores ( $N=19$ ) mostraram-se favoráveis à Educação Sexual nas escolas e um deles posicionou-se contrário (P15) – por atribuir à família o dever de realizar a Educação Sexual dos filhos, enquanto aos professores teriam a função de lidar com o conhecimento acadêmico.

Os 19 professores que são favoráveis justificaram-se a partir dos seguintes argumentos: “para que os alunos tenham acesso a conhecimentos adequados sobre sexualidade” ( $N=9$ ), “para prevenção, pois os alunos são vulneráveis” ( $N=4$ ), “Porque a família é omissa e não conversa sobre isso com os filhos” ( $N=2$ ), “porque o conteúdo de sexualidade é importante e faz parte da Educação” ( $N=2$ ) e “porque até a família deles deveria receber Educação Sexual” ( $N=2$ ).

O discurso recaiu no reconhecimento de que os alunos são pouco informados e a sexualidade é parte da educação integral, mas também porque a família é omissa e desinformada. Além disso, argumentaram que os alunos, muitas vezes, aprendem conteúdos de Educação Sexual por meio de outras fontes que não a escola, o que abriria margem para o aprendizado dos conteúdos de forma equivocada – corroborando o que foi apontado por Reis e Maia (2012), na medida em que os jovens costumam dirigir seus questionamentos sobre sexualidade primeiro para os amigos, ficando a família e a escola em segundo plano.

Os participantes relataram, ainda, que a Educação Sexual deve atender a função de prevenir a saúde sexual, concepção essa que foi observada em outros estudos (Altmann, 2013; Gesser et al., 2012, 2015; Quirino & Rocha, 2012; Silva, 2015). Parece que há certo consenso sobre a importância da Educação Sexual ressaltando as vulnerabilidades e a necessidade de prevenção contra o abuso e a

violência sexual, o contágio de infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) e a ocorrência de gravidezes indesejadas (Gesser et al., 2015; Madureira & Branco, 2015).

A opinião dos professores sobre quem seria o público-alvo da Educação Sexual na escola foi a seguinte: “a partir do 4º e 5º ano, por ser um período pré-púbere ( $N=12$ )”, “desde a Educação Infantil, considerando adequações necessárias, pois as crianças já manifestam curiosidades e podem-se prevenir violências ( $N=7$ )”. Um dos professores não opinou.

Entre os que defendem o trabalho a partir do 4º e do 5º ano, as justificativas foram a de que alunos dessa idade possuem maior maturidade ( $N=4$ ) ou maior curiosidade ( $N=3$ ); também foi apontado o fato de o currículo das escolas abranger questões voltadas para temas como concepção ( $N=2$ ). O fato de a maior parte dos professores apontar que o assunto sexualidade deva ser trabalhado no 4º e 5º anos levanta a hipótese de que a compreensão de sexualidade pelos professores pauta-se em algo restrito às concepções biológicas do corpo humano reprodutivo, sendo, por isso, um fator comum de preocupação pelos docentes (Gesser et al., 2015). Para Rufino et al. (2013), a maior parte dos docentes acredita que a disciplina “Biologia/Ciências” é a mais adequada para tratar de questões relativas à Educação Sexual e isso ratifica que a faixa etária apontada pelos professores como mais adequada para a realização de programas de Educação Sexual coincide com o momento em que já são tratados em aula temas como reprodução humana, gravidez, etc. Os dados obtidos, então, podem ser fruto de algo que já acontece, desconsiderando o fato de ser ou não a idade mais adequada.

Houve professores ( $N=7$ ) que afirmam que a Educação Sexual deve existir desde a infância, entendendo a sexualidade como algo inerente à vida em todo o desenvolvimento humano e a importância da Educação Sexual, assim como defendem as autoras Spaziani e Maia (2017). Um possível projeto de educação na escola poderia ser assumido, segundo os professores participantes, por “todos os professores da escola poderiam trabalhar estes temas” ( $N=12$ ), “somente aqueles que têm mais habilidades e domínio do assunto ou que se interessarem em receber formação para tal” ( $N=5$ ) justificando apenas que é importante o professor sentir-se apto/preparado para falar sobre o assunto e possuir formação para abordar o tema e “aqueles que atuam em determinadas séries de alunos” ( $N=2$ ).

Entre os argumentos dos professores favoráveis a todos os professores trabalharem o tema, foi mencionada, por três professores (P11, P17 e P18) a importância de cursos de formação, considerados por eles como algo importante para o desenvolvimento de temas de Educação Sexual. Os três acrescentaram que tais cursos deveriam ter como público-alvo não somente os professores, mas também demais membros da comunidade escolar, como funcionários e a família. Gonçalves, Faleiro e Malafaia (2013) ressaltam que as maiores dificuldades dos familiares, por vezes, são consequências de uma ideia de sexualidade ligada ao “profano”, fruto da ausência de uma Educação Sexual emancipatória; concordam, por esse motivo, que tal modelo de Educação Sexual deve ser expandida também aos pais a fim de que seja possível rever conceitos equivocados sobre sexualidade.

Ainda sobre os professores assumirem a Educação Sexual, um participante abordou a questão da transversalidade do tema (P20) e outro considerou que a polivalência dos professores no Ensino Fundamental I pode ser um facilitador para trabalhar nessa área (P6). Conforme apontado por Gesser, Oltramari e Panisson (2015), é comum os professores desconheçam ou coloquem em prática a abordagem transversal da sexualidade.

Entre os professores que defenderam que a Educação Sexual deveria ser lecionada por professores das séries ou disciplinas específicas, principalmente aqueles de 4º e 5º anos, destaca-se o comentário de P15 que justifica que os alunos menores (1º, 2º e 3º anos escolares) não deveriam receber Educação Sexual por considerá-los “sem malícia”. Isso destaca, por um lado, uma visão genitalizada da sexualidade (Maia & Ribeiro, 2011) e, por outro, uma noção errônea de que crianças são assexuadas (Maia & Spaziani, 2017) consonante com sua visão contrária à presença de programas de Educação Sexual nas escolas.



Quando questionados sobre como justificariam aos pais a importância de os temas de Educação Sexual serem trabalhados em sala de aula, as respostas foram sobre a “necessidade de prevenção de doenças, gravidez e violência (N=9), “necessidade dos alunos terem cuidados com o corpo e com a sexualidade em geral” (N=3), “necessidade dos alunos receberem informações corretas (N=4), “pelo direito dos alunos receberem esclarecimentos, como os demais temas curriculares” (N=3) e “como um complemento da Educação Sexual que recebem em casa” (N=1).

Seis professores apontaram dificuldades na comunicação com os responsáveis pelos alunos com relação ao tema da Educação Sexual, indicando que os pais têm resistências para compreenderem o tema e ensiná-lo em parceria com a escola. As dificuldades relatadas foram que os pais teriam dificuldades em compreender o que é Educação Sexual, seus conteúdos e a forma como ela é abordada (P2, P3, P9, P16), o fato desse assunto ser considerado “delicado” (P13) e dos pais não estarem preparados (P11). Outros professores (N=9) relataram que, para defender a realização de um programa de Educação Sexual diante dos pais, utilizariam argumentos sobre a prevenção contra ISTs, violência sexual e as gravidezes indesejadas.

Os professores P11, P17 e P18 ressaltaram que as crianças muitas vezes aprendem o tema de forma distorcida – por meio de variadas fontes – e que, por isso, a escola seria um local mais confiável para esta função. Outro argumento foi o de que os temas de Educação Sexual estão presentes no currículo escolar, o que contribuir para o conhecimento dos alunos por meio da escola (P12, P13 e P10). Outros professores argumentaram também que a Educação Sexual auxiliaria nos cuidados em relação à sexualidade e ao corpo em geral (P2, P3 e P9). Por fim, um/a único/a participante afirmou que a Educação Sexual fornecida na escola complementaria as informações fornecidas aos alunos sobre o tema em casa.

#### **Práticas dos professores como educadores sexuais**

Os professores consideram que falar sobre a Educação Sexual na escola é um tema difícil e delicado (P10, P11 e P12), enquanto outros contaram que já realizaram propostas de educação com crianças menores (P1, P2, P3, P9, P12 e P15). Entre os docentes, também houve relatos de professores que trabalham questões de gênero com crianças (P2 e P12) e que consideram que Educação Sexual não se restringe às práticas sexuais (como ato puramente genital). Curiosamente, aqui encontramos uma contradição, na medida em que alguns professores compreendem a Educação Sexual para crianças como importante, mas anteriormente outros afirmaram que elas seriam por demais ingênuas para se dialogar sobre isso. A literatura ressalta que é comum os professores encontrarem dificuldades em reconhecer e lidar com as expressões de sexualidade de crianças pequenas no contexto escolar (Gesser et al., 2012, 2015; Maia & Spazianni, 2017).

A maior parte dos professores descreveu suas atividades em Educação Sexual direcionadas aos temas de reprodução, gravidez, contracepção e infecções sexualmente transmissíveis, indo ao encontro de dados de outros estudos sobre o viés biológico da Educação Sexual quando ele existe nas escolas (Maia & Ribeiro, 2011). Assim, os professores relataram experiências referentes às discussões sobre questões do corpo (puberdade, gestação, menstruação), bem como questões de prevenção (gravidez precoce e IST). Apareceram ainda, questões sobre a prevenção de violência e sobre binarismo de gênero.

De modo geral, os professores ressaltam positivamente as experiências desenvolvidas, como vemos nos depoimentos:

*Trabalhei por 30 anos na escola particular e durante a faculdade de pedagogia (anos 2000 a 2005) montei um projeto para trabalhar com eles (alunos do 5º ano) sobre sexualidade. Uma vez por semana fazíamos uma roda de conversa. Eles podiam perguntar o que quisessem por bilhetinhos anônimos. Eu respondia a todas as perguntas pertinentes a idade deles, foi enriquecedor e a maioria confessava que perguntava para mim, o que não tinham coragem de perguntar aos pais (P8).*

*Tive um 5º ano que estava com muita curiosidade em fazer perguntas com: sexo, doenças, gravidez, etc. Acredito que a experiência foi ótima, pois eles se sentiram seguros em perguntar para o professor suas dúvidas e não aprender na rua. Uma sugestão seria chamar profissionais da saúde para explicar melhor algumas coisas (P17).*

As dificuldades mencionadas pelos professores sobre a implementação da Educação Sexual na escola foram as seguintes: a possível relutância das famílias dos alunos, a necessidade de formação para se trabalhar o tema e o tabu que é o assunto e os valores pessoais. As facilidades foram relacionadas ao fato de se sentirem aptos devido a lidar naturalmente e com disposição com o assunto. Em alguns casos, as dificuldades e facilidades eram dependentes a idade dos alunos, horário e tipo de conteúdo.

As dificuldades relacionadas como relacionadas às famílias poderiam causar seria a falta de compreensão sobre os conteúdos e as abordagens da Educação Sexual, o fato de ser sexualidade um tema “delicado” e, ainda, de não estarem preparados. Reis e Maia (2012) defendem a importância de um trabalho colaborativo entre família e escola, quando se trata da sexualidade, porque é comum que os familiares desconheçam o trabalho e sobreponham seus valores pessoais.

A falta de formação dos professores como uma dificuldade para assumir a Educação Sexual é repetidamente citada entre autores da área (Figueiró, 2006; Gonçalves et al., 2013; Maia & Vilaça, 2017; Rufino et al., 2013). Assim, professores assumem precisar de estudos, capacitação e formação sobre o tema. Gesser et al. (2012) apontam para a importância da formação continuada dos professores em Educação Sexual, para diminuir os sentimentos de despreparo e insegurança para abordar esses temas em sala de aula.

Por outro lado, alguns professores afirmaram possuir facilidades em trabalhar o tema, destacando o fato de os alunos procurarem o professor, tendo vontade de falar sobre o tema ou esclarecerem dúvidas sobre sexualidade, ressaltando a própria disposição do professor em questão para trabalhar o tema. Figueiró (2006) valoriza as perguntas realizadas pelos alunos como situações favoráveis para que esclarecimentos sobre sexualidade sejam realizados para toda a turma e a proximidade do professor com os alunos é mais importante para a Educação Sexual do que ter a formação em Biologia ou Ciências. Entre os nossos participantes, provavelmente os que apresentam “facilidades” relacionadas às demandas dos alunos devem ter um bom contato com os alunos e tratar das questões sobre sexualidade de forma esclarecedora, de forma a obter bons resultados a partir de suas experiências.

Apesar das dificuldades e da falta de formação, podemos considerar que, de maneira geral, os professores acreditam na importância da Educação Sexual para seus alunos, especialmente oferecida de uma maneira pedagógica e inserida no currículo escolar, o que ainda é um desafio em muitos contextos escolares brasileiros.

#### **Considerações finais**

Encontramos nos relatos desses professores as concepções favoráveis sobre uma Educação Sexual na escola de ensino fundamental e médio em que trabalham e ressaltando a prevenção em saúde e prevenção contra de ISTs e gravidezes. O modelo que justificaria a importância da Educação Sexual no discurso desses professores e, no diálogo com os familiares dos alunos, seria o biológico/médico, ratificando a literatura vigente.

Do mesmo modo, os professores relataram suas ações em Educação Sexual pautando-se em perspectivas biológicas de sexualidade, acreditam na importância de abordar o tema e relatam bons resultados em suas intervenções, despertando interesse e engajamento por parte dos alunos. Apesar disso, preocupam-se com o ponto de vista de familiares, argumentando que eles desconhecem o assunto, e ressaltam que as lacunas na formação dificultam que tenham mais segurança na atuação.

Diante das concepções e ações desveladas nos dados analisados, defendemos a importância do investimento em cursos de formação

inicial para professores envolvendo temáticas de Educação Sexual, ou de formação continuada – por meio de oficinas, capacitações, aprimoramentos, cursos de pós-graduação, etc. –, bem como a realização de parcerias das escolas com outras instituições (tais como universidades). Uma proposta de Educação Sexual integral não deve se limitar às questões biológicas, mas sim considerar os fatores sociais e históricos que constroem a sexualidade que vivemos. O conhecimento sobre o corpo humano, práticas sexuais, reprodução etc. é fundamental, mas somado a ela é preciso refletir sobre a construção cultural dos valores e representações associadas.

Acreditamos que superar o modelo médico, considerando a inserção da Educação Sexual no contexto social que vivemos, pode ser uma alternativa eficaz para a formação de sujeitos autônomos e críticos contribuindo para a diminuição de situações de exclusão, discriminação, violências, etc., relacionadas aos padrões impostos de estética, conjugalidade, gênero, dentre outros que permeiam as questões do desenvolvimento humano da sexualidade.

A pesquisa apresenta alguns limites metodológicos, na medida em que a amostra pode ser ampliada, inclusive na abrangência regional de origem dos participantes. Além disso, outros estudos poderiam investigar com mais profundidade um grupo de professores que se declaram desfavoráveis à Educação Sexual.

Para finalizar, nunca é demais afirmar que os contextos sociais e políticos mudam constantemente e nem sempre apresentam respaldos morais, acadêmicos e legais que sejam motivadores das propostas de Educação Sexual nas escolas. Certamente, quando programas de Educação Sexual se tornam parte integrante do projeto político pedagógico das escolas, com a participação de dirigentes, agentes escolares e familiares dos alunos, aumentam-se as probabilidades de seus resultados serem eficazes e de se revelarem suas finalidades éticas.

## REFERÊNCIAS

- Altmann, H. (2009). Educação sexual em uma escola: da reprodução à prevenção. *Cadernos de Pesquisa*, 39(136), 175–200. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742009000100009>
- Altmann, H. (2013). Diversidade sexual e educação: desafios para a formação docente. *Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)*, 13(13), 69–82. <https://doi.org/10.1590/S1984-64872013000100004>
- Bardin, L. (2009). *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70.
- Brasil. (1997). *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Brasília: Ministério da Educação e Cultura.
- Figueiró, M. N. D. (2006). Educação Sexual: Como Ensinar no Espaço da Escola. *Linhas*, 7(1), 1–21.
- Gesser, M., Oltramari, L. C., Cord, D., & Nuernberg, A. H. (2012). Psicologia escolar e formação continuada de professores em gênero e sexualidade. *Psicologia Escolar e Educacional*, 16(2), 229–236. <https://doi.org/10.1590/S1413-85572012000200005>
- Gesser, M., Oltramari, L. C., & Panisson, G. (2015). Docência e Concepções de Sexualidade na Educação Básica. *Psicologia & Sociedade*, 27(3), 558–568. <https://doi.org/10.1590/1807-03102015v27n3p558>
- Gonçalves, R. C., Faleiro, J. H., & Malafaia, G. (2013). Educação Sexual no Contexto Familiar e Escolar: Impasses e Desafios. *Holos*, 5, 251. <https://doi.org/10.15628/holos.2013.784>
- Louro, G. L. (2007). Gênero, sexualidade e educação: das afinidades políticas às tensões teórico-metodológicas. *Educação Em Revista*, (46), 201–218. <https://doi.org/10.1590/S0102-46982007000200008>
- Madureira, A. F. A., & Branco, Â. U. (2015). Gênero, sexualidade e diversidade na escola a partir da perspectiva de professores/as. *Temas Em Psicologia*, 23(3), 577–591. <https://doi.org/10.9788/TP2015.3-05>
- Maia, A. C. B., Eidt, N. M., Terra, B. M., & Maia, G. L. (2012). Educação sexual na escola a partir da psicologia histórico-cultural. *Psicologia Em Estudo*, 17(1), 151–156. <https://doi.org/10.1590/S1413-73722012000100017>
- Maia, A. C. B., & Ribeiro, P. R. M. (2011). Educação sexual: princípios para ação. *Doxa: Princípios Para Ação*, 15(1), 75–84.
- Maia, A. C. B., & Spazianni, R. B. (2017). *Educação para a sexualidade na infância: ações e concepções da escola e da família*. Bragança Paulista: Margem da Palavra.
- Maia, A. C. B., & Vilaça, T. (2017). Concepções de professores sobre a sexualidade de alunos e a sua formação em educação inclusiva. *Revista Educação Especial*, 30(59), 669. <https://doi.org/10.5902/1984686X28087>
- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (2014). *Orientações técnicas de educação em sexualidade para o cenário brasileiro: tópicos e objetivos de aprendizagem*. Brasília: UNESCO.

- Quirino, G. da S., & Rocha, J. B. T. da. (2012). Sexualidade e educação sexual na percepção docente. *Educar Em Revista*, (43), 205–224. <https://doi.org/10.1590/S0104-40602012000100014>
- Quirino, G. da S., & Rocha, J. B. T. da. (2013). Prática docente em educação sexual em uma escola pública de Juazeiro do Norte, CE, Brasil. *Ciência & Educação (Bauru)*, 19(3), 677–694. <https://doi.org/10.1590/S1516-73132013000300011>
- Reis, V. L., & Maia, A. C. B. (2012). Educação Sexual na Escola com a Participação da Família e o uso de Novas Tecnologias da Educação: Um Levantamento Bibliográfico. *Cadernos de Educação*, 41(1), 188–207. <https://doi.org/dx.doi.org/10.15210/caduc.v0i41.2099>
- Rodrigues, S. T., Amaral, C. B. de A., Guizio, M. F., & Maia, A. C. B. (2011). O despreparo de professores diante da educação sexual e diversidade sexual na escola. *Psicopedagogia On Line*.
- Rufino, C. B., Pires, L. M., Oliveira, P. C., Souza, S. M. B., & Souza, M. M. de. (2013). Educação sexual na prática pedagógica de professores da rede básica de ensino. *Revista Eletrônica de Enfermagem*, 15(4). <https://doi.org/10.5216/ree.v15i4.19941>
- Silva, R. da. (2015). Quando a escola opera na conscientização dos jovens adolescentes no combate às DSTs. *Educar Em Revista*, (57), 221–238. <https://doi.org/10.1590/0104-4060.41170>



